



EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E DINÂMICA REGIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL (IDSED)

Adão Francisco de Oliveira
Universidade Federal de Tocantins

Rogério Castro Ferreira
Servidor efetivo da Secretaria de Cidadania e Justiça do Tocantins

Cláudio Pires Viana
Universidade Estadual de Goiás

RESUMO

Este artigo intenciona apresentar o resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais da Universidade Federal do Tocantins, intitulada Mapa da Desigualdade Socioeducacional. Partindo do entendimento de que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é incompleto, por apresentar um quadro de domínio de proficiente especialmente em Português e Matemática, sem, contudo, mencionar o processo no qual o aprendizado se deu, o IDSED (Índice de Desigualdade Socioeducacional, produto da mencionada pesquisa), visa complementar a informação do primeiro indicador. Para tanto, seu pressuposto baseou-se na compreensão de que o desenvolvimento educacional, particularmente das redes públicas, é desigual, baseado em critérios socioeconômicos, socioculturais, infraestruturais escolares e de escolarização. A sua principal base teórica e conceitual são os autores P. Bourdieu e J-C. Passeron e o objeto inicial de análise foi o Estado do Tocantins, Brasil. Este trabalho é resultado da pesquisa componente do projeto "SEDUC-TO/FAPTO Cartografia da Desigualdade Socioeducacional do Tocantins e Formação de Professores", sendo que este artigo, enquanto análise dos dados, se inscreve no estágio pós-doutoral em Planejamento Urbano e Regional, em realização no IPPUR-UFRJ.

Palavras-chave: Desigualdade socioeducacional, Análise regional, IDSED, Tocantins-BR.

EDUCATION, INEQUALITY AND REGIONAL DYNAMICS: AN ANALYSIS BASED ON THE SOCIOEDUCATIONAL INEQUALITY INDEX (SID)

ABSTRACT

This article intends to present the result of research developed in the scope of the Observatory of Territorial and Educational Policies of the Federal University of Tocantins, titled Map of Socio educational Inequality. Based on the understanding that the IDEB - Basic Education Development Index is incomplete, because it presents a proficient domain especially in Portuguese and Mathematics without, however, mentioning the process in which the learning took place, the IDSED - Socio-educational Inequality Index, the product of the mentioned research, aims to complement the information of the first indicator. To that end, their assumption was based on the understanding that educational development, particularly of public networks, is unequal, based on socioeconomic, socio-cultural, school infrastructure and schooling criteria. Its main theoretical and conceptual basis are the authors P. Bourdieu and JC. Passeron and the initial object of analysis was the State of Tocantins, Brazil. This work is the result of the research component of the project "SEDUC-TO/FAPTO Cartography of Socio-Educational Inequality of Tocantins and Teacher Training", and this article, as a data analysis, is part of the postdoctoral internship in Urban and Regional Planning, carried out at IPPUR-UFRJ.

Keywords: Socio-educational Inequality; Regional analysis; IDSED; Tocantins-BR.

INTRODUÇÃO

A desigualdade é uma característica das sociedades capitalistas, com traços específicos de cada formação socioespacial. Nessa perspectiva, a força do capital se manifesta no território a partir dos interesses econômicos que se projetam sobre ele, demandando ao mesmo tempo projeto de desenvolvimento e investimentos variados articulados ao provimento de infraestruturas sociais, dentre elas a de educação (Harvey, 2006). Porém, "o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos" (Harvey, 2006, p. 137).

Dessa forma, os espaços de determinada região são articulados na produção capitalista em tempos diferentes e de forma desigual, à medida que se tornam interessantes à acumulação capitalista. Segundo Santos (2011), o resultado desse processo é a formação de espaços intrarregionais com níveis de integração, de ocupação, de uso, de apropriação e desenvolvimento de tecnologias e de valores diferenciais, o que fatalmente subtrai de parte dos agentes sociais regionais substancialidade de sua cidadania.

Esses valores diferenciais no aspecto educacional remetem ao que Bourdieu e Passeron (2014) denominam de violência simbólica. Para os autores, as relações de força encontram-se sempre dissimuladas sob a forma de relações simbólicas. Tais relações de força presentes na ação pedagógica são consideradas como sendo concomitantemente autônomas e dependentes, isto é, dependem das relações de força presentes em determinada estrutura social e ao mesmo tempo conseguem constituir-se em instituição autônoma para a reprodução dessa mesma estrutura.

Assim, a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de determinado grupo social, exercida pelos “membros educados” de determinada sociedade (Bourdieu; Passeron, 2014). Em outras palavras, o ensino materializado na ação pedagógica tende a assegurar o monopólio da violência simbólica legítima, na medida em que impõe e sugere arbítrios culturais.

A formação escolar tem um significativo potencial para permitir ao sujeito que se educa por esse meio gerar as condições necessárias para a sua inclusão socioeconômica, cultural e territorial. Assim, na contramão da desventura de se pertencer socialmente ao enorme contingente de pessoas que vivem o passivo das relações de desigualdade de renda, a formação escolar pode dispor ao sujeito ativos que alteram a sua posição nas relações sociais. Constitui-se em elemento fundamental, para tanto, a boa formação recebida por esse sujeito, mais factível de acontecer num ambiente escolar devidamente estruturado, o que implica numa escalada de superação da exclusão.

A exclusão consiste num conjunto de atributos negativos que posicionam os sujeitos, enquanto classe, na estrutura das relações sociais (Bourdieu, 2005), fundamentando a desigualdade. Ela surge à medida que o fruto do trabalho social é apropriado nas relações de produção, alienando os sujeitos tanto material quanto culturalmente. Mas essa alienação exprime-se também na ocupação desigual do território, que se caracteriza pela segregação e confinamento da classe trabalhadora em espaços desqualificados. O fundamento para isso é o fato de que o solo também possui valor de mercado, de modo que as suas propriedades agregadas definem o seu uso social. Quanto mais infraestrutura, equipamentos sociais e proximidade com os centros (comerciais, de serviços, de lazer, religiosos etc.) tiver o lugar, maior será o seu valor de mercado e mais restrito ele será à classe trabalhadora.

Porém, os atributos (materiais e simbólicos) que garantem aos trabalhadores uma posição definida na estrutura social enquanto classe também recebem agregados, gerando no interior da classe experiências diversificadas a partir de propriedades diferenciais, sob a forma de qualificação profissional, de empregos mais remunerados, de profissões menos pesadas, de maior tempo de estudo etc. Tais experiências apontam para a existência de situações específicas no interior da classe, que vão refletir tanto na formação de um “grupo de status” – em que o comportamento dos indivíduos é determinado por valores sociais materiais e simbólicos baseados na honraria e no prestígio, definindo estas relações sociais e constituindo-se em elemento formador do *habitus* (Bourdieu, 2005, p. 16) – quanto

no modo e no lugar de assentamento no solo.

Bourdieu (2005) frisa que toda estilização da vida tem sua origem num grupo de status ou é mantida viva por um grupo de status. Segundo o mesmo, é natural que, “[...] a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de status imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar modelos” (Bourdieu, 2005, p. 16).

É importante destacar que por *habitus* entende-se o conjunto de representações e de disposições que orientam e que referendam o comportamento social de determinada relação, dando sentido, significado e organizando hierarquicamente os indivíduos pertencentes a essa relação (Bourdieu , 2002). Segundo Nogueira e Nogueira (2004), *habitus* seria, então, produto da incorporação pelo sujeito das estruturas sociais e da posição de origem, o que lhe permite estruturar as suas ações e representações. Isso quer dizer que as pessoas que vivem na condição de classe trabalhadora possuem e utilizam diferentes recursos para ocuparem determinados espaços dispostos no território.

Diante dessa realidade, em que os sujeitos lutam constantemente contra os signos de sua exclusão, o Estado teoricamente deve agir no sentido de neutralizar os dispositivos excludentes, tanto nas políticas de cunho socioeconômico quanto nas educacionais e nas territoriais. Porém, ao agir incorporando “socio lógicas” (Lefebvre, 1999), isso nem sempre acontece, sendo que muitas vezes a sua ação se dá mesmo no sentido de intensificar as distâncias entre as classes e os grupos sociais.

Bourdieu e Passeron (2014), ao discutirem sobre a autonomia relativa do sistema de ensino e sua dependência relativa à estrutura das relações de classe formadoras do *habitus*, afirmam:

a organização pedagógica nos surge como mais hostil à mudança, mais conservadora e tradicional talvez do que a própria Igreja [...] Pelo fato de que o trabalho pedagógico (seja ele exercido pela Escola, por uma Igreja ou um Partido) tem por efeito produzir indivíduos modificados de forma durável, sistemática por uma ação prolongada de transformação que tende a dotá-los de uma mesma formação durável e transferível (*habitus*), isto é, de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação, pelo fato de que a reprodução em série de indivíduos identicamente programados exige e suscita historicamente a produção de agentes de programação, eles mesmos identicamente programados e de instrumentos padronizados de conservação e de transmissão (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 231-232).

Assim, a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de determinado grupo social, exercida pelos “membros educados” de uma determinada sociedade (Bourdieu; Passeron, 2014). Em outras palavras, o ensino materializado na ação pedagógica tende a assegurar o monopólio da violência simbólica legítima, na medida em que impõe e sugere arbítrios. Diante desse fator, Bourdieu (2005, p. 242) enfatiza que “mesmo quando parece obedecer tão somente às suas próprias normas (propriamente escolares), o sistema de ensino obedece ao mesmo tempo a normas externas”. É nesse sentido que constatações tais como as feitas por Ribeiro e Kaztman (2008), relacionando as desigualdades educacionais à segregação urbana em grandes cidades da América Latina, podem ser apenas uma dimensão de um problema territorial ainda maior.

A partir da segunda metade do século XIX, o ensino era visto pelos países capitalistas liberais como meio mais efetivo para a ascensão e mobilidade social. Segundo Ney e Zacchi (2011, p. 1), a sociedade industrial, a partir desse pensamento, criou formas de organizar as relações entre os homens e instituiu também “um sistema de ensino capaz de transmitir as mais variadas qualificações para os indivíduos, o que tornou a escola um meio que, por excelência, possibilitaria a mobilidade social dos indivíduos”. O ensino era o eixo norteador para o alcance das oportunidades socioeconômicas para todos os indivíduos onde a capacidade, o talento e a competência tornam-se os elementos definidores do sucesso individual dando um caráter universal do trabalho e da educação.

Entretanto, em contraponto a este pensamento, alguns estudiosos, como, por exemplo, Mészáros (2007) enfatiza que enquanto as condições sociais que geram as desigualdades não desaparecerem, a igualdade de oportunidades em uma sociedade desigual fica apenas no plano de uma ideologia que não pode ser evidentemente realizada. Segundo o mesmo, é bom que “[...] a ideia de universalizar o trabalho e a educação [...] tenha permanecido apenas como uma ideia bastante frustrada, dado que a sua realização pressupõe necessariamente a igualdade substantiva de todos os seres humanos” (Mészáros, 2007, p. 126).

Enfim, as desigualdades socioeconômicas inerentes a uma sociedade capitalista, estruturada por classes, geram mazelas nas mais variadas estruturas sociais, sendo uma das principais a da própria educação. Esse fator faz com que as ações pedagógicas criem/reproduzam (des)mobilidades sociais. Desse modo, em vez de um grupo (ou indivíduo) transitar para outra classe social, acontece o efeito inverso, o grupo ou indivíduo mantém-se na sua classe social independentemente das circunstâncias.

Nogueira e Nogueira (2002, p. 16) destacam que até a primeira metade do século XX o pensamento escolar tradicional funcionalista embasava o raciocínio segundo o qual a escola seria “uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais”. Porém, a partir dos anos 60, ocorre uma profunda crise dessa concepção de escola e uma reinterpretação radical do papel dos sistemas de ensino na sociedade. Segundo Nogueira e Nogueira (2002), essa reinterpretação radical abandonava o otimismo das décadas anteriores em favor de uma postura bem mais pessimista.

Assim, “tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros)” (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 17).

No caso do Brasil, conhecido como um dos países com as maiores concentrações de renda do mundo, os estudos sobre a distribuição de renda habitualmente destacam o efeito da desigualdade de oportunidade educacional como fator preponderante para o país manter este posto nada cômodo. Ney, Souza e Ponciano (2010), por exemplo, ao realizar um estudo que tinha como principal objetivo analisar o nível de desigualdade de oportunidades educacionais no meio rural e urbano, concluíram que o perfil educacional da população brasileira está situado em um nível intermediário de escolaridade, “caracterizado por uma desigualdade educacional elevada” (Ney; Souza; Ponciano, 2010, p. 37). Eles também observaram como a disponibilidade de recursos familiares é fundamental na determinação da qualidade do aprendizado dos jovens e crianças, afirmando que quem tem pais com baixo nível de escolaridade e rendimento possui grande chance de se tornar adulto com baixo desempenho educacional.

Na literatura, a solução encontrada para esse grave problema social passa necessariamente pelo desenvolvimento de políticas capazes de garantir o acesso dos mais pobres às escolas. No Brasil, podem-se observar ações públicas que garantem maior acesso dos mais pobres às escolas, além da universalização do ensino básico e da existência de avaliações sistemáticas (Saeb, Prova Brasil, Ideb). Porém, segundo Ney e Zacchi (2011), elas não foram suficientes para fazer com que recursos privados familiares deixassem de ser fundamentais na determinação da qualidade da educação das pessoas. Eles procuraram apresentar argumentos que sugerem a necessidade de se estudar o nível de investimento em educação por parte da população pobre.

A partir dessa observação, Ney e Zacchi (2011) propuseram um indicador denominado de Índice de Desigualdade na Qualidade da Educação Básica. O principal objetivo, realizado pelos autores, foi analisar as principais medidas de desigualdade na distribuição das notas dos participantes do Enem, onde, por meio de um estudo comparativo, permitiu-se analisar as características socioeconômicas e do ambiente educacional (infraestrutura escolar) dos alunos que tiveram baixo ou bom desempenho na prova do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). O seu alcance espacial atinge todo o país e cada grande região, unidade da federação e município.

Outro estudo bastante interessante sobre desigualdades educacionais é o de Ribeiro e Koslinski (2008). Eles realizaram uma pesquisa que trata da relação do efeito metrópole e do acesso às oportunidades educacionais no Brasil, onde o principal objetivo foi avaliar como o contexto social da vida nas grandes cidades pode influenciar no desempenho do sistema escolar municipal, além de investigar o efeito das tendências da metropolização da questão social (demandas urgentes na área de saneamento ambiental, moradia, pavimentação, etc.) sobre as desigualdades de acesso às oportunidades educacionais.

Para efeito de comparação entre municípios que integram e aqueles que não integram a dinâmica metropolitana, os autores consideraram apenas os municípios com mais de 50.000 habitantes, localizados nos estados que contêm os 15 Grandes Aglomerados Urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Campinas, Manaus, Vitória, Goiânia, Belém, Florianópolis (Ribeiro; Koslinski, 2008).

Os citados autores utilizaram como variáveis os seguintes aspectos dos municípios: “(i) as condições socioeconômicas (PIB per capita, renda per capita e índice de condição social), (ii) a tensão social (taxa de homicídios) e (iii) as políticas educacionais (taxa de municipalização do ensino fundamental e de atendimento à pré-escola)” (Ribeiro; Koslinski, 2008, p. 8).

A partir desses estudos expostos, emerge o seguinte questionamento: levando em consideração a convergência analítica desses trabalhos, bem como o esforço em entender as desigualdades regionais do sistema educacional, o que há de novo na presente pesquisa?

Apoiado a tal questionamento e tratando-o como oportuno, a primeira alusão à presente pesquisa refere-se à sua própria metodologia e ao alcance da área de estudo. Tanto o primeiro quanto o segundo instrumento de análise educacional, anteriormente citados, parecem teórica e metodologicamente com o instrumento que desejamos apresentar a partir desta pesquisa que ora se apresenta, sendo ele uma tecnologia social intitulada Índice de Desigualdade Socioeducacional – IDSED. No entanto, dada a natureza de seus interesses e objetivos, deixaram evidentemente algumas lacunas ainda a serem exploradas, de modo que algumas diferenças e limitações merecem ser ressaltadas.

Em relação ao primeiro, as variáveis utilizadas para analisar as características da desigualdade na qualidade da educação básica se limitam somente ao aspecto socioeconômico e ao ambiente escolar, sem contar ainda que utilizam como fonte de dados apenas a nota do Enem, enquanto o IDSED propõe, além dos aspectos socioeconômicos e de infraestrutura escolar, dois outros, sendo eles: o aspecto sociocultural e o de escolarização.

A segunda pesquisa, ao ter como foco exclusivamente os municípios integrantes dos grandes aglomerados urbanos, esbarra na realidade educacional encontrada em muitos estados brasileiros, onde a grande maioria dos municípios não chega a 10.000 habitantes, como por exemplo o próprio Estado do Tocantins. Os dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), revelaram que o Tocantins, com o total de 139 municípios, conta com a impressionante marca de 111 municípios com população de até 10.000 habitantes.

Em síntese, o que se compreende aqui é que numa rede pública de Educação, que articula crianças e jovens de origens distintas, especialmente da classe trabalhadora, os dispositivos socioeconômicos e culturais terão peso no processo de escolarização, sendo que os atributos negativos da origem social causarão certa dificuldade de aprendizagem. Não obstante, as experiências territoriais em contextos segregados refletirão a desigualdade dessa segregação na estruturação

escolar, reforçando assim o quadro da desigualdade socioeducacional. Por fim, como é comum a escola operar com uma organização pedagógica conservadora, tradicional e hostil à mudança, ela acaba por reforçar e não agir na desfeita desta desigualdade socioeducacional.

De posse desse cabedal teórico e conceitual, esse projeto intenciona verificar a desigualdade socioeducacional no Estado do Tocantins a partir de suas 13 regionais de ensino (conforme o Mapa 1), tendo como fundamento de análise o IDSED, cuja metodologia será descrita na próxima seção. As regionais de ensino desse estado não correspondem às duas últimas regionalizações do IBGE, à regionalização oficial do Estado, nem a nenhuma outra regionalização de políticas públicas do Tocantins. Isso significa que do ponto de vista da atenção às políticas educacionais haverá pouca interseção com outras políticas setoriais.

METODOLOGIA DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL (IDSED)

O IDSED é um indicador que agrega as expressões sintética e analítica, constituído por quatro dimensões divididas em duas classes, sendo a primeira classe definida por pesquisas per capita (Censo Escolar e Prova Brasil), aplicada aos alunos da Educação Básica, e as suas informações foram aqui organizadas a partir das regionais de ensino da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins – SEDUC-TO. Nessa classe, figuram a dimensão Socioeconômica, com peso 4, e a dimensão Sociocultural, com peso 3. A segunda classe de indicadores é definida por Informações Escolares (Cadastro de Escolas), tendo Infraestrutura e Recursos como a terceira dimensão, com peso 2, e a Escolarização como a quarta dimensão, de peso 1.

Ao todo foram definidas 32 variáveis e o indicador final, no caso, o IDSED, expresso como um número centesimal definido entre 0,00 (situação de extrema desigualdade) e 1,00 (situação de igualdade). As regiões com IDSED maior que 0,800 têm um nível de desigualdade socioeducacional considerado baixo, regiões com IDSED entre 0,500 e 0,799 são consideradas de média desigualdade socioeducacional e as regiões com IDSED até 0,499 têm o nível de desigualdade socioeducacional considerado alto.

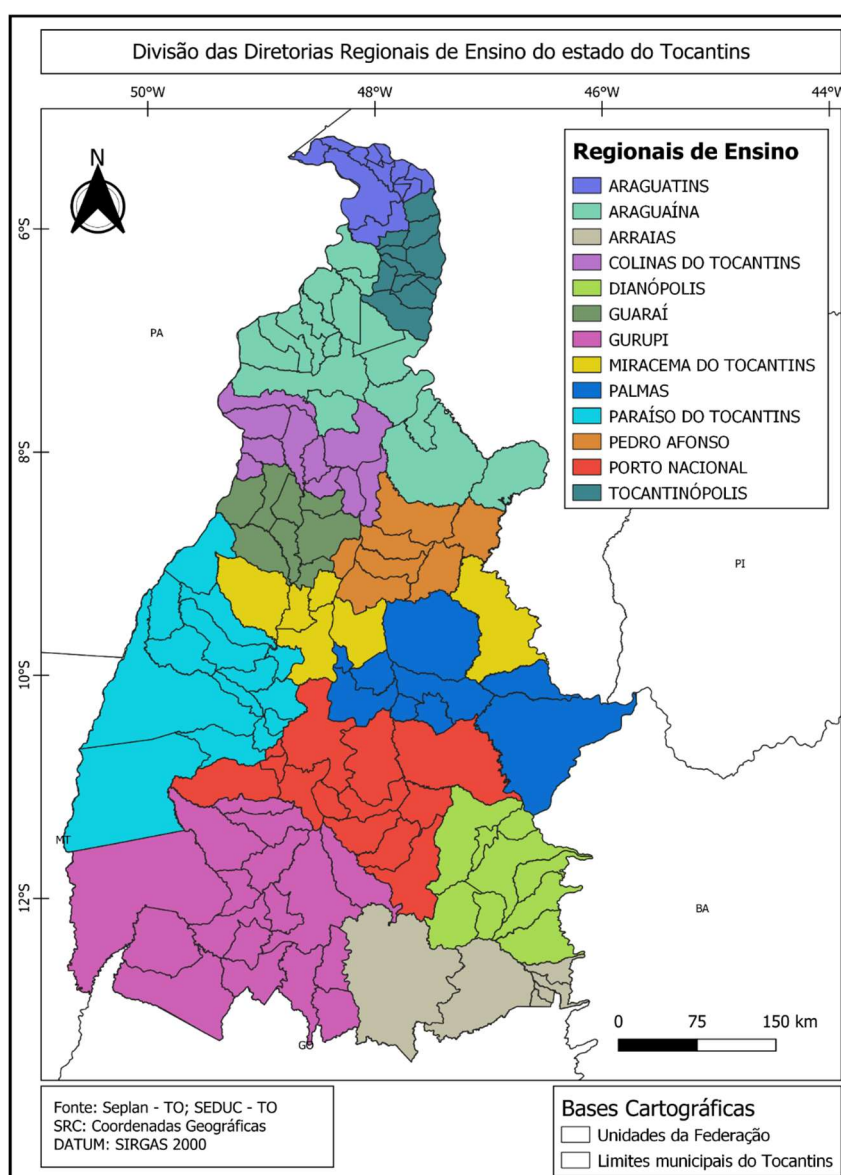
Diante do exposto e, sobretudo, diante do desafio de comportar o máximo possível dessas variáveis que possam ser incorporadas às discussões, o presente estudo optou por tratar e analisar as informações levantadas dentro dos pressupostos estatístico-metodológicos da análise multivariada dos dados.

Segundo Gonçalves e Santos (2009), a estatística multivariada visa condensar os dados em seus componentes principais, tornando mais fácil sua análise, além de diminuir os erros de interpretação. Já para Moit a Neto (2004, s.p.), “a análise multivariada corresponde a um grande número de métodos e técnicas que utilizam simultaneamente todas as variáveis na interpretação teórica dos dados obtidos”. Dessa forma, o que se propõe a seguir é um tratamento multivariado das variáveis de interesse, possibilitando uma visão mais ampla do objeto em estudo e da inter-relação entre as variáveis.

RECORTE ESPACIAL E DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

A aplicação do IDSED teve como recorte espacial a divisão estratégica das 13 regionais de ensino da Seduc-TO, sendo elas: Araguatins, com 12 municípios; Tocantinópolis, com 11 municípios; Araguaína, com 17 municípios; Colinas, com 10 municípios; Pedro Afonso, com 7 municípios; Guaraí, com 8 municípios; Miracema, com 6 municípios; Palmas, com 9 municípios; Paraíso do Tocantins, com 14 municípios; Porto Nacional, com 13 municípios; Gurupi, com 17 municípios; Arraias, com 6 municípios; e Dianópolis, 9 municípios, totalizando 139 municípios (Figura 1).

Figura 1. Divisão das Diretorias Regionais de Ensino do Estado do Tocantins.



A base de dados utilizada na composição do IDSED baseia-se na condensação de um conjunto de indicadores socioeconômicos encontrados nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica, e faz parte do banco de microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no qual coleta dados sobre escolas, turmas, docentes e alunos brasileiros. Todos os níveis de ensino estão envolvidos no referido Censo: Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É importante ressaltar que os microdados foram extraídos do Censo Escolar do ano de 2021 e são provenientes do questionário socioeconômico contextual do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) realizado em 2019, que trata especificamente do perfil, cotidiano e percepção do educando sobre a escola. Nesse questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. Além desses microdados, os resultados também foram extraídos do formulário de Cadastro das Escolas, onde são reunidas informações sobre caracterização/infraestrutura/equipamentos e escolarização.

A população pesquisada é constituída por todos os estudantes que foram regularmente inscritos e selecionados para responder ao questionário em 2019. Vale ressaltar que os critérios de composição da amostra para o IDSED foram feitos a partir das análises das taxas de transição entre o 2º ciclo do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Dessa forma, para o caso específico do presente estudo, buscou-se levantar apenas os dados do 9º ano do Ensino Fundamental – Anos Finais e da 3ª Série do Ensino Médio.

Assim, para a realização deste estudo tivemos acesso a uma base de dados do Inep de 496 escolas estaduais (consideradas apenas as escolas na situação Em Atividade). O Inep aplicou, ao todo, 30.968 questionários entre os alunos do 9º ano (18.751) do Ensino Fundamental e da 3ª série (12.217) do Ensino Médio, sendo respondido por 25.422 alunos entre o 9º ano (13.811) e a 3ª série (11.202).

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESIGUALDADE SOCIOEDUCACIONAL – IDSED

No ano de 2011, pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins, do campus de Arraias, município distante 430 km da capital Palmas e situado na região sudeste do Estado, constituíram um grupo de pesquisas intitulado OPTE (Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais), que foi devidamente credenciado ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Os objetivos do OPTE foram assim apresentados:

Realizar a coleta, o processamento e a análise de dados pertinentes às realidades territoriais e educacionais face às políticas públicas. A sua finalidade é produzir um conjunto significativo de análises de intervenção política a partir de pesquisas que cruzem os diagnósticos das

políticas educacionais e territoriais no Estado do Tocantins e nas macrorregiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, visando subsidiar as ações de governos e da sociedade civil no controle social. Busca-se aferir em que medida o melhoramento nos índices de escolarização incidem sobre o melhoramento do desempenho das políticas urbanas e regionais e, conseqüentemente, na qualificação das condições de vida e de habitabilidade das cidades e regiões e na cultura cívica de um modo geral. Não obstante, pretende-se sugerir eixos para o desenvolvimento da ação educacional a partir da vocação econômica das cidades e regiões, inibindo assim distorções políticas e a má aplicação dos recursos públicos (DGP/CNPq, 2023).

Em 2013, este observatório lançou a primeira etapa da pesquisa intitulada Mapa da Desigualdade Socioeducacional, cuja finalidade era a de produzir o IDSED (Índice de Desigualdade Socioeducacional), partindo da compreensão de que as relações sociais de produção capitalista são desiguais e projetam tais desigualdades, próprias das condições de acesso ao mercado, na estruturação das escolas, de acordo com os bens materiais e simbólicos de que dispõem os beneficiários desse serviço. Assim, o processo de escolarização acaba reproduzindo as mesmas desigualdades na formação dos educandos. O IDSED seria, portanto, um indicador que revelaria a taxa de desigualdade de determinada realidade escolar (municipal, regional, estadual e até mesmo nacional), buscando constituir-se em sintético – expressão decimal do índice – e analítico – apresentado nas dimensões que o constituem.

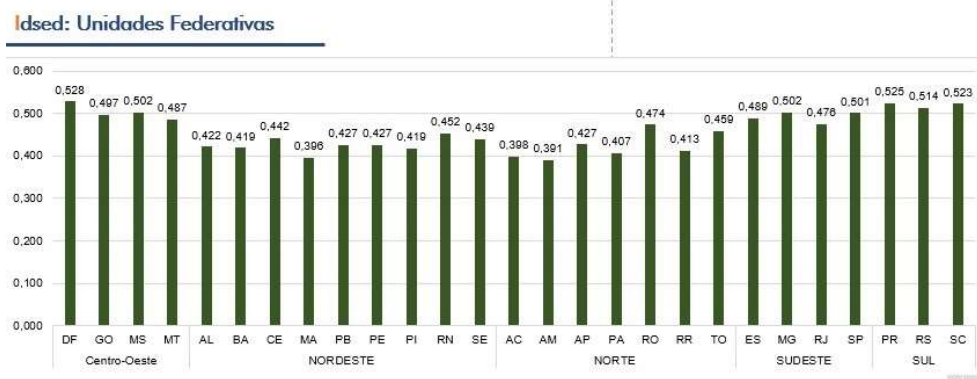
O primeiro resultado do IDSED se aplicou ao Estado do Tocantins e foi disponibilizado em 2015 através de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFT, campus de Porto Nacional, e foi apresentado a toda a equipe gestora da Seduc-TO na ocasião, em seminário próprio organizado para esse mesmo fim. Com base nos dados do IDSED enquanto tecnologia social, a gestão da secretaria da época organizou o planejamento de suas ações com vistas à superação dos óbices ao pleno desenvolvimento do processo de escolarização. Em 2017, o projeto Mapa da Desigualdade Socioeducacional foi relançado, agora não mais estrito somente ao Tocantins, mas com a intenção de compreender tais desigualdades nos estados da federação brasileira. Os resultados são os que seguem.

O que os dados revelam é que as regiões Norte (0,428) e Nordeste (0,424) possuem os maiores índices de desigualdade, sendo que na região Norte o Tocantins possui a segunda melhor posição, ficando atrás somente de Rondônia, porém posicionado na 13ª posição no ranking nacional. O melhor indicador foi registrado para o Distrito Federal, na região Centro-Oeste, seguido pelos três estados da região Sul.

Esse esforço de fazer o exercício comparativo entre os estados nos chamou a atenção para atualizar os dados do IDSED no Tocantins, agora não mais apresentando-os por microrregião geográfica, categoria não mais utilizada pelo IBGE desde 2017, mas por Regional de Ensino, tal qual divisão administrativa organizada pela Seduc-TO. Como se pode ver na Figura 2, o Tocantins ocupa a 13ª posição no ranking da desigualdade socioeducacional. Para alguns, essa posição pode parecer confortável, pois coloca o estado no meio da tabela. Contudo, ao se comparar seus indicadores com os do Brasil, o estado está abaixo da média nacional tanto no 9º ano do Ensino Fundamental quanto na 3ª série do Ensino Médio. Apesar disso, Brasil e Tocantins figuram com índices regulares de desigualdade socioeducacional, numa escala que conta com os valores ideal, satisfatório, regular, fraco e ruim, como se pode observar nas Figuras 3 e 4.

Figura 2. (a) IDSED por Unidades da Federação brasileira, 2017, e (b) IDSED por Unidades da Federação brasileira e nível de ensino, 2017.

(a)



(b)

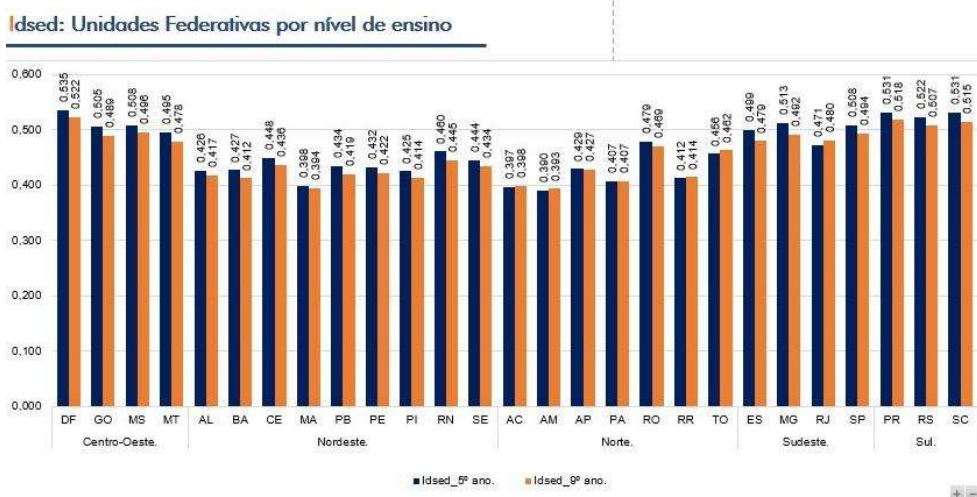


Figura 3. Mapa do Índice de Desigualdade Socioeducacional do 9º ano do Ensino Fundamental, 3ª Série do Ensino Médio e média geral

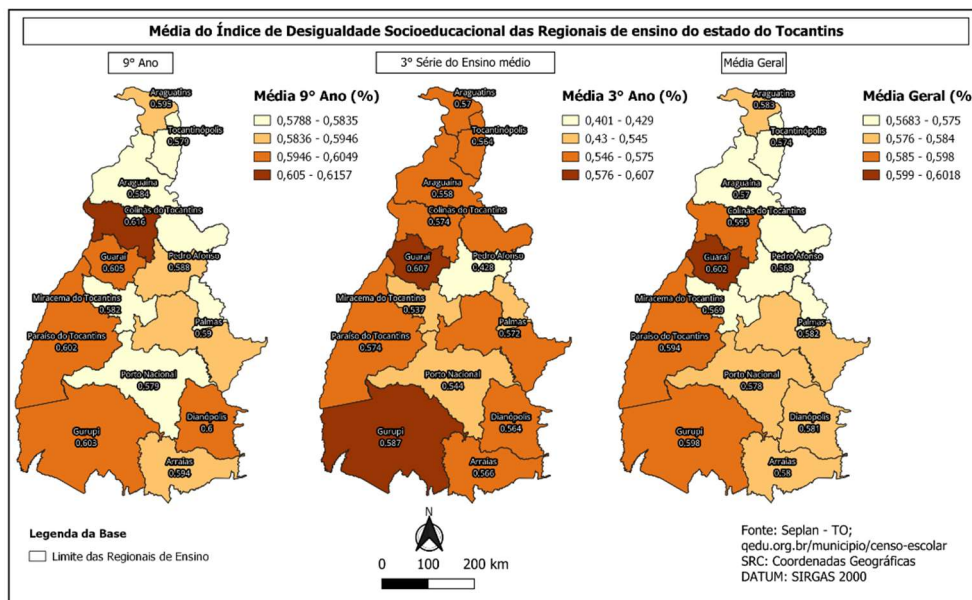
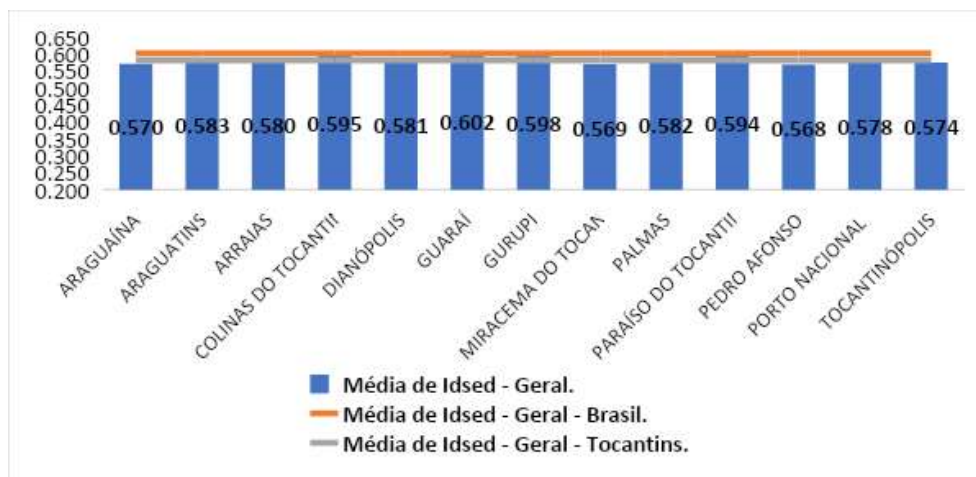


Figura 4. Índice de Desigualdade Socioeducacional por regional de ensino, 2019 – Média geral

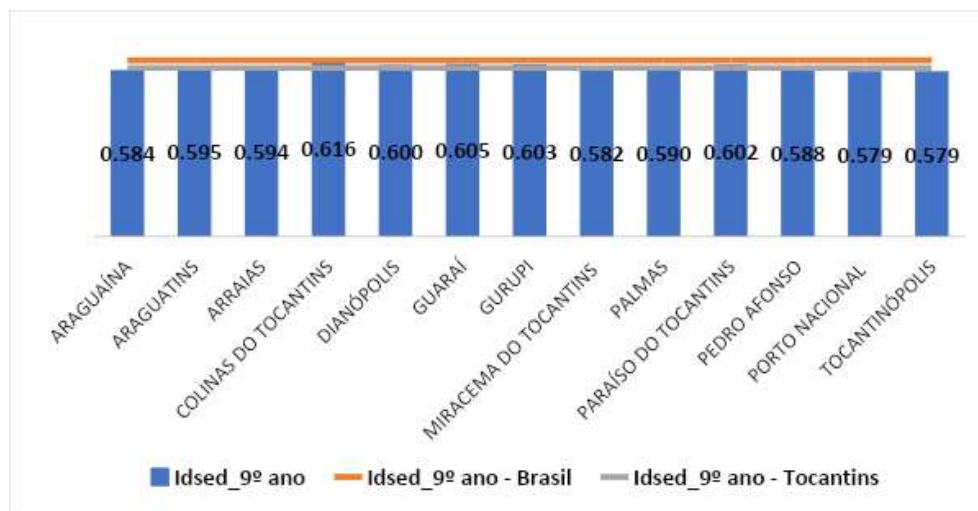


No 9º ano do Ensino Fundamental o Tocantins figura com o índice de 0,590 de IDSED, enquanto no Brasil ele é de 0,617. Lembramos o que já dissemos na apresentação: aqui, os valores estão invertidos à intenção, ou seja, quanto mais próximo de 1, melhor o índice, e quanto mais próximo de 0, pior o índice. Em outras palavras, o mais próximo de 1 tem baixa desigualdade socioeducacional e o mais próximo de 0 tem alta desigualdade socioeducacional.

Dentro do Tocantins apenas, cinco regionais de ensino alcançaram o índice na casa de 6 décimos. Foram elas: Colinas do Tocantins (no centro-norte), Guaraí do estado (no centro-noroeste), Dianópolis (no Sudeste), Paraíso do Tocantins (no centro) e Gurupi (no Sul). Percebe-se que as regionais com os piores indicadores foram as de Porto Nacional (no centro-sul) e de Tocantinópolis (no extremo norte) (Figura 5).

Das 13 regionais, a de Palmas, que concentra a capital do estado, cidade de maior população e mais rica dessa unidade federativa, ocupa apenas a 8ª posição. Por que isso acontece? A explicação caminha por dois sentidos, ambos já descritos na introdução deste trabalho. Primeiro, porque no contexto da própria capital há uma grande quantidade de escolas em sua periferia urbana cuja associação de vulnerabilidade socioeconômica e sociocultural com a menor estruturação patrimonial e de recursos puxa os indicadores para baixo. Não obstante, essa região abrangeu o centro-leste do estado, indo até parte do Jalapão, na divisa do Tocantins com a Bahia, onde há uma grande predominância de municípios historicamente empobrecidos, o que, acerca da experiência escolar, replica a reprodução desse mesmo empobrecimento na forma de baixo aproveitamento e desempenho.

Figura 5. Índice de Desigualdade Socioeducacional por regional de ensino, 2019 – 9º ano.

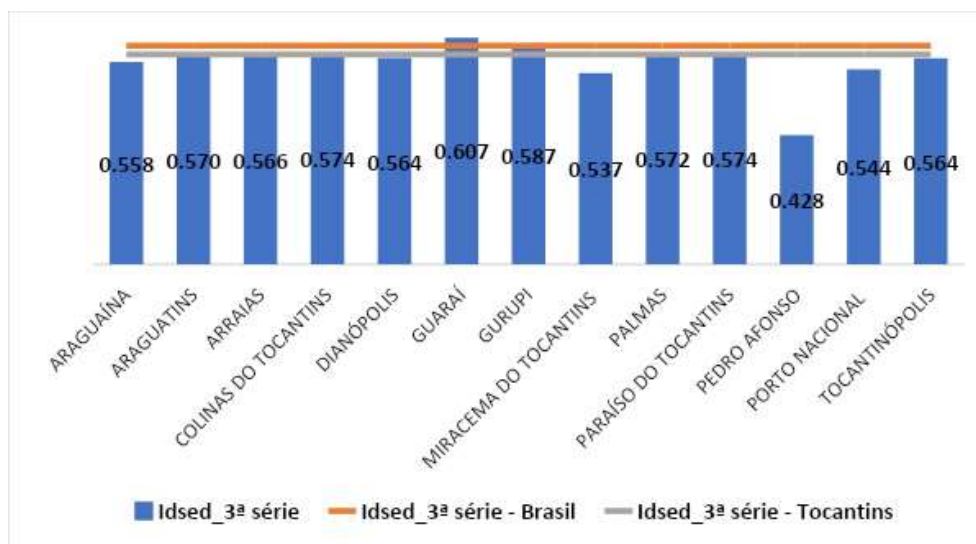


Com relação à regional de Palmas abarcar parte dos municípios do Jalapão, cabe uma ressalva sobre quando o IDSED foi aplicado pela primeira vez ao estado do Tocantins, em 2013. Naquela ocasião, a regionalização utilizada foi a das microrregiões geográficas do IBGE e os dados revelaram que as regiões mais desiguais eram as da microrregião Jalapão e da microrregião Bico do Papagaio. Nesta atual aplicação, que utiliza as regionais de ensino, as regiões de Palmas e de Porto Nacional abarcam parte dos municípios do Jalapão, sendo que a região de

Tocantinópolis é parte da região Bico do Papagaio. Ou seja, essas duas porções territoriais do Tocantins continuam sendo as que merecem mais atenção das políticas públicas educacionais do Tocantins.

Os dados referentes ao IDSED da 3ª série do Ensino Médio mantêm o Tocantins abaixo da média nacional: enquanto a primeira é de 0,571, a segunda é de 0,586 (Figura 6). Ao passo que há certa homogeneidade nos índices do 9º ano, nos da 3ª série há uma grande discrepância, o que evidencia um alerta. A regional de Guaraí (no centro-noroeste do estado) se destaca com o melhor resultado, alcançando o índice de 0,607 – o que é muito bom para o cenário regional –, ao passo que a regional de Pedro Afonso (no centro-nordeste), colada na de Guaraí, divididas pela rodovia BR-153, possui o menor índice, sendo ele 0,428, o que corresponde a fraco.

Figura 6. Índice de Desigualdade Socioeducacional por regional de ensino, 2019 – 3ª série.



O resultado da regional de Pedro Afonso e a sua comparação com a regional de Guaraí nos coloca novamente diante de uma situação que merece destaque: o fato de que os municípios mais a leste do estado, figurados na sua mesorregião oriental, vivem contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão, cultural. Logo, o fenômeno de regionais que se estendem pela porção oriental do estado, e tendo como polo o fato de municípios de peso no cenário estadual apresentarem índices fracos, não pode ser surpreendente. Essa porção oriental faz divisa com os estados nordestinos da Bahia, do Piauí e do Maranhão, sendo que a faixa que se estende do sudeste do Tocantins até a porção centro-leste é conformada pelo relevo da chapada Espigão Mestre, também conhecida como Serras Gerais, e no centro-nordeste pela Chapada das Mangabeiras, ambas cordilheiras com altitude superior a 800 metros. Esses limitadores naturais, distantes de eixos viários estratégicos, fazem com que a mesorregião oriental

receba menos interesse de corporações capitalistas e menos investimentos estruturais do Estado, o que favorece a territorialização de comunidades tradicionais. Já no extremo norte do estado, na divisa com o Estado do Maranhão, predomina a planície do Rio Tocantins, conformando nessa região o famoso “Bico do Papagaio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED), criado a partir de microdados do Censo Escolar da Educação Básica, contido no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do questionário socioeconômico contextual da Prova Brasil e do formulário de Cadastro das Escolas disponível no site do Ministério da Educação, permite uma avaliação ampla da situação socioeducacional de uma localidade, sendo ela um lugar ou uma região.

O diagnóstico apresentado, principalmente em relação aos desníveis regionais entre contextos regionais relacionados à educação, chamou a atenção para a importância e necessidade de se analisar, para além do desempenho dos estudantes, os fatores contextuais extraescolares passíveis de interferência na realidade do sistema educacional, bem como na sociedade de uma forma geral, como são os casos dos fatores socioeconômico e sociocultural. Assim, o Índice de Desigualdade Socioeducacional (IDSED) apresenta-se como uma ferramenta que poderá contribuir para outros estudos que buscam avaliar o efeito educação escolar e fatores extraescolares, permitindo maior compreensão dos desarranjos escolares e das desigualdades regionais.

Dessa forma, a partir do desenvolvimento do referido índice, foi possível cartografar as desigualdades socioeducacionais entre as regionais de ensino do Tocantins. Observou-se que as regiões com baixo indicador de escolarização são as mesmas regiões em que os indicadores socioeconômicos e socioculturais são baixos também. Assim, numa perspectiva mais ampla, o IDSED tem potencial para permitir também avaliar em que medida o Estado, com as suas opções de políticas públicas territoriais, reproduz as desigualdades ou atua no sentido de sua superação. Ademais, com o desenvolvimento desse indicador de desigualdade foi possível avaliar as condições de desigualdade, marginalidade e fragilidade presentes na rede estadual de ensino do Tocantins, uma vez que esse indicador parte da compreensão de que as relações sociais de produção capitalista são desiguais e projetam tais desigualdades, próprias das condições de acesso ao mercado, na estruturação das escolas, de acordo com os bens materiais e simbólicos que dispõem os beneficiários desse serviço, reproduzindo assim as mesmas desigualdades na formação do educando.

A desigualdade, apesar das suas mais variadas formas de manifestação, parece estar presente entre as microrregiões tocantinenses como um denominador comum dos vários padrões de desenvolvimento, criando novas divisões sociais. Tanto pobres como ricos podem ser encontrados em todos os lugares, ainda que seus padrões de pobreza e riqueza se distingam eminentemente.

Diante desse quadro, em termos de implicações políticas, tal situação exige um conjunto de intervenções locais e regionais voltadas para a geração de empregos, ampliação do acesso a serviços sociais de qualidade e, sobretudo, regulação dos fluxos de capitais. Assim, o estudo sugere que enquanto não surgirem mecanismos mais eficazes que possam reduzir drasticamente o peso da origem social dos jovens, não se vislumbrará tão cedo a redução das desigualdades regionais. Os resultados mostraram que tal como se encontra hoje, o sistema educacional tocantinense, diante da realidade social, tem capacidade mínima para reduzir a vinculação entre a origem e o destino em uma sociedade altamente estratificada. Lembrando que, em curto prazo, o sistema escolar não é capaz de mudar os dispositivos herdados pelas pessoas de suas famílias.

Por fim, as questões aqui discutidas continuam inacabadas, pois os fatores materiais que geram as desigualdades socioeducacionais insistem em existir no tempo e no espaço. Assim, essas desigualdades são produzidas e reproduzidas no presente, guardadas nas devidas proporções, do mesmo modo que no passado. Pesquisas como essa colaboram para esclarecer o processo de produção de desigualdades e demonstram que as diferenças de desempenho podem ser a reprodução de um histórico de desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7 ed. Petrópolis : Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre . Economia das trocas simbólicas. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Nº: 8/2010, de 5 de maio de 2010. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=15074&option=com_content . Acesso em: jun. de 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Mapa das Tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2010), Brasília, DF. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: jan. 2014.

GONÇALVES, Marco T.; SANTOS, Solange Regina dos. Aplicação da análise de correspondência à avaliação institucional da Fecilcam. Anais... IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica – EPCT, Campo Mourão – PR, 2009. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/apresentacao.html. Acesso em: dez. 2013.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IBGE. Estados@. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em: dez de 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar. Brasília-DF: Inep, 2014. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/web/guest/home>. Acesso em: jun. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ideb, Brasília-DF: INEP, 2013. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: dez. 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MOITA NETO, J. M. Análise multivariada: uma visão didática metodológica. Crítica, p. 1-13, maio 2004.

ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39. São Paulo: Ática, 1983.

NASCIMENTO, C. G. do. Políticas de educação: caminhos e (des)caminhos. In: OLIVEIRA, A. F. de; NASCIMENTO, C. G. do (org.). Cidades sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento. Goiânia: UCG, 2006, p. 51-80.

SANTOS, Roberto de S. A reestruturação territorial do Tocantins e seus desdobramentos socioespaciais: um convite para a reflexão. In: PEREIRA, Aires José; SANTOS, Roberto de S. (org.) Ensaios de Geografia e educação no/do Tocantins. Goiânia: Kelps, 2008. p. 33-60.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

Contato com o autor: adaofrancisco@gmail.com

Recebido em: 29/11/2023

Aprovado em: 09/06/2024